



**COMDEMA**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO**  
**AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**ATA**  
**REUNIÃO ORDINÁRIA 06 / 2017-2018**

Bauru, SP 30 de junho de 2017

Aos trinta dias de junho de dois mil e dezessete, na sala de reuniões da Polícia Ambiental, reuniram-se os conselheiros: Mayra Fernandes da Silva – SEMMA; Natasha Lamônica – SEPLAN; Luiz Viccarião – SAGRA; Giselda Giafferis – DAE; Marcelo Makino – EMDURB; Thiago Bianconi – IBAMA; Renato Delgado – CATI; Rubens Sérgio Domingues – DAEE; Maria Izabel Merino de Medeiros – APTA; Lourenço Magnoni Junior – AGB; Dorival José Coral – USC; Paschoal Sansoni – OAB; José Brazoloto – ABES; Thiago Martins – SECOVI; Eusébio Giraldes de Carvalho Junior – ASTEN, Gisele Moretti – COOPECO, Luiz Miguel Axcar – Instituto Soma. Justificaram ausência: Etelvino Zacarias Martins – SMOP; Talita Nuzzi – SMOP; Sirlei Sebastiana Polidoro Campos – SME; Leandro Marcomini – PAMB; Ricardo Carrijo – VIDÁGUA (viajou a trabalho); Jandira Talamoni – UNESP. Também estiveram presentes: Gilda Scafí – DEFESA CIVIL; Antonio Moscolgiato – DAE e Maisa Jampauli Bernardes - SEMMA. Trataram-se dos seguintes assuntos: **1 – Discussão sobre as entidades representativas do COMDEMA e paridade entre o poder público e privado; 2 – Discussão sobre a elaboração de minuta de resolução que visa a definir critérios para o uso do "Fundo Municipal do Meio Ambiente"; 3 – Apresentação pela CTLegis sobre Processo nº 11722/17, tendo como interessado a Empresa Ipiranga Agroindustrial S.A que solicita certidão de uso do solo para imóvel rural na Fazenda Rio Verde; 4 – Apresentação do Plano de Ação da Câmara Técnica de Recursos Naturais – CTRN e Plano de Ação do COMDEMA para biênio 2017/2018; 5 – Outros Assuntos.** Dando início à reunião, às 08h40min, Sr. Dorival (USC) agradece a presença de todos e começa o item **1 da pauta: Discussão sobre as entidades representativas do COMDEMA e paridade entre o poder público e privado.** Comenta que com o desligamento e entrada de instituições no COMDEMA, há a necessidade de rever a paridade do conselho e traz este assunto para ser discutido junto aos conselheiros. Primeiramente, faz um levantamento, com auxílio dos conselheiros, sobre as instituições participantes, dividindo-as em poder público e sociedade civil. Após o levantamento, evidenciou-se que são quinze instituições representando o poder público e dezesseis instituições representando a sociedade civil. Lembra que a CETESB e Instituto Florestal desligaram-se do conselho e assim houve uma redução dos órgãos públicos. Esclarece também que a BATRA deixou de existir como entidade e portanto haverá redução de uma vaga para a sociedade civil. Sra. Maria Izabel diz que a posição da UNESP precisa ser



## COMDEMA

### CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

retificada, passando-a para órgão público. Sr. Dorival comenta que quanto maior a representatividade no conselho, melhor é para município e para o próprio COMDEMA e que a posição da UNESP, como sociedade civil, sempre foi discutida, no entanto, neste momento, enquanto não houver outra entidade que represente a sociedade civil no COMDEMA, seria melhor manter a UNESP como sociedade civil, visando à paridade. Sr. Miguel (Instituto Soma) relata que a entidade Fruto Urbano manifestou interesse em participar. Sr. Dorival diz que é necessário que os representantes da entidade participem de três reuniões consecutivas para ter direito a vaga e, quando isso ocorrer, volta-se em pauta a discussão da paridade e a discussão sobre a posição da UNESP. Todos os conselheiros presentes (dezenove conselheiros) deliberam a favor. Após a deliberação, Sra. Mayra Fernandes (Secretária do Meio Ambiente) vai à frente e convida os conselheiros para os eventos que a SEMMA realizará nos próximos dias e após, se coloca à disposição para conversar com os conselheiros. Sra. Gisele (COOPECO) expõe que conversou com o Sr. Luiz Facin (SEMMA) solicitando a retirada dos rejeitos acumulados na cooperativa e não teve retorno. Sra. Mayra diz que irá verificar o ocorrido. Passando para o item **2 da pauta: Discussão sobre a elaboração de minuta de resolução que visa a definir critérios para o uso do "Fundo Municipal do Meio Ambiente"**, Sr. Dorival informa que pretende até o mês de setembro do corrente ano, definir os critérios para utilização do Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA). Informa ainda que pesquisou sobre o assunto e gostaria de socializar os resultados. Grande parte dos municípios pesquisados possuem uma lei que trata do Fundo e estas leis, também criam o conselho gestor do Fundo e mostra aos conselheiros legislações de outras cidades. Após, lê para os conselheiros a Lei Municipal 3666/93, que institui o FMMA em Bauru. Evidencia o artigo 4º, que dispõe sobre o Plano Anual de Proteção e Preservação Ambiental, em seu arquivo, está incompleta. Mostra outro arquivo no qual o artigo 4º está completo, porém, esse documento não está assinado. Explica que a referida lei traz que o Plano Anual de Proteção e Preservação Ambiental será discutido e definido anualmente, em reuniões abertas à comunidade e às entidades de preservação e proteção ambiental existentes no município, realizadas no mês de setembro de cada ano. Informa que, possivelmente, isso nunca tenha sido realizado. Sra. Gilda (Defesa Civil) comenta que acredita que este Plano tenha sido elaborado por alguns anos. Sr. Dorival diz que para que o FMMA seja destinado de maneira correta, é necessária a elaboração deste Plano, que precisa ser discutido até setembro. Sra. Gilda (Defesa Civil) comenta que esse Plano pode ser conciliado ao Orçamento Participativo. Sr. Thiago (IBAMA) sugere que todo ano, as reuniões do mês de setembro sejam dedicadas somente para a finalidade de discutir como será utilizado o FMMA. Sra. Maria Izabel (APTA) complementa que deverá ser divulgado para a comunidade e instituições ambientais. Sr. Dorival pede para que os conselheiros pensem no



## COMDEMA

### CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

assunto: Após, Sr. Dorival expõe que o COMDEMA, como forma de contribuir com o município e também melhorar sua colocação no programa Município Verdeazul, deve elaborar uma resolução todo ano devido ao fato do mesmo ser consultivo e deliberativo. Sra. Maria Izabel concorda e diz que as resoluções são necessárias. Sr. Dorival sugere que o COMDEMA elabore uma resolução a partir da Lei 3666/93, que defina melhor a aplicação dos recursos. Explica que a resolução seria uma complementação da Lei 3666/93 com o objetivo de definir critérios para apresentação de projetos que visem utilizar o FMMA. Sr. Dorival explica que o FMMA é um recurso de extrema importância para o município e que não se sente seguro, enquanto presidente do COMDEMA, em votar a utilização do mesmo sem que tenha um respaldo legal. Sra. Gilda sugere que ao invés uma resolução, seja elaborado um Decreto Municipal. Complementa seu ponto de vista dizendo que dessa forma, o decreto iria regulamentar a lei e o COMDEMA ficaria melhor respaldado. Sr. José Brazoloto (ABES) sugere que a CTLegis elabore uma minuta, e que após aprovada pelo conselho, seja encaminhada à SEMMA para elaboração do decreto. Sr. Dorival estabelece que, considerando a legislação, sugere que a CTLegis elabore uma minuta de decreto para ser enviado à SEMMA, de forma a regulamentar a Lei Municipal 3666/93. Todos os conselheiros votam a favor. Sra. Maisa reforça a importância da elaboração de uma resolução pelo COMDEMA, visando pontuação no Programa Município Verdeazul. Sr. Dorival pede para os conselheiros verificarem as demandas das Câmaras Técnicas e a possibilidade de elaborar uma resolução. Sra. Maria Izabel diz que a partir da minuta do decreto, será possível elaborar uma resolução pelo COMDEMA. Passando para o **item 3 da pauta: Apresentação pela CTLegis sobre Processo nº 11722/17, tendo como interessado a Empresa Ipiranga Agroindustrial S.A. que solicita certidão de uso do solo para imóvel rural na Fazenda Rio Verde.** Sra. Maria Izabel, única representante da CTLegis na reunião, esclarece que foram analisados vários processos pela CTLegis, porém, estes ficaram com o Sr. Kláudio Cófani, que infelizmente devido a problemas de saúde na família não pode comparecer na reunião. Sr. Dorival diz que Sr. Kláudio entrou em contato com ele e que este ficou de enviar por e-mail os pareceres, no entanto, devido a problemas de conexão com a internet isso não foi possível. Relata ainda a necessidade de análise com urgência do processo da empresa Ipiranga Agroindustrial. Sra. Maria Izabel sugere que seja marcada uma reunião extraordinária para tratar exclusivamente do assunto. Sra. Maisa lembra que a reunião ordinária de julho será no dia 21 do citado mês, não estando tão distante e o conselho concorda que a apresentação das análises dos processos que estão com a CTLegis seja adiada para a reunião de julho. Passando para o **item 4: Apresentação do Plano de Ação da Câmara Técnica de Recursos Naturais – CTRN e Plano de Ação do COMDEMA para biênio 2017/2018,** Sr. Dorival cita o desenvolvimento de ações voltadas à proteção e conservação dos fragmentos de Cerrado e Florestas Estacionais Semidecíduas



## COMDEMA

### CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

(FES); proteção dos recursos hídricos com foco nas Unidades de Conservação; cobrar a implementação das ações previstas no Plano de manejo da APA Água Parada; cobrar e estimular a realização do Plano de manejo das APAS Rio Batalha e Campo Novo; realizar a análise das leis que implementaram as ARIES (Áreas de relevante interesse ecológico) e Parques Lineares e levantar a situação dessa áreas; solicitar a utilização dos Recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente para implementação de políticas de proteção para essas áreas e estruturar brigada de incêndio. Sr. Thiago comenta que o IBAMA pode oferecer treinamentos para a criação da brigada de incêndio, desde que o município faça o requerimento. Sra. Gilda informa que a formação da brigada já está sendo estudada. Após discussões, Sra. Natasha questiona se o Plano Municipal da Arborização foi finalizado. Diz ainda que o COMDEMA deveria cobrar a entrega do Plano, pois este foi iniciado há mais de cinco anos. O conselho concorda. Sr. Dorival diz que algumas ações de arborização urbana já são realizadas, mas os desafios são enormes. Sra. Natasha complementa que com o Plano Municipal de Arborização Urbana finalizado, o município pode receber recursos financeiros. Enquanto não finalizado, as ações realizadas são isoladas. Comenta a necessidade de notificar a SEMMA para que Plano Municipal de Arborização Urbana seja finalizado. Sr. Dorival estabelece que deverá ser encaminhado um ofício para que a SEMMA esclareça a situação atual do Plano Municipal de Arborização Urbana. Após, Sr. Dorival informa que irá compilar as metas de todas as Câmaras Técnicas para elaborar o Plano de Ação do COMDEMA para biênio 2017/2018. Passando para o último item da pauta: **Outros Assuntos**, Sra. Gisele relata a dificuldade em encontrar nova área para estabelecer a COOPECO e pede para que seja enviado ofício à SEMMA para que a Secretaria apresente áreas em que a ocupação do solo seja permitida para cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Sem mais, às 11h30min, deu-se por encerrada a reunião e eu, Maisa Jampauli Bernardes, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

*RESSALVA: O Conselheiro Klaudio Caffari Nunes (CIESP) justificou ausência ao presidente.*

SEMMA

SMS

DAE

SMOP

SEPLAN

SAGRA



COMDEMA  
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO  
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

-----  
SME

-----  
IBAMA

-----  
PAMB

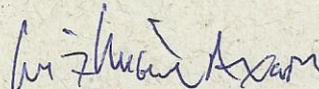
  
-----  
COOPECO

-----  
CATI

-----  
DAEE

  
-----  
APTA

-----  
FF

  
-----  
Instituto Soma

-----  
AGB

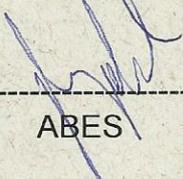
-----  
VIDÁGUA

-----  
USC

-----  
OAB

-----  
UNESP

-----  
ASSENAG

  
-----  
ABES

-----  
Fórum Pró-Batalha

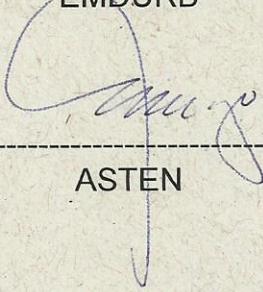
-----  
IAB

-----  
CIESP

-----  
EMDURB

-----  
BATRA

-----  
SECOVI

  
-----  
ASTEN

-----  
CREA

-----  
DEFESA CIVIL